

IV ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

**DIREITO AMBIENTAL, SUSTENTABILIDADE,
BIODIREITO E DIREITOS DOS ANIMAIS I**

FRANCIELLE BENINI AGNE TYBUSCH

SÉRGIO HENRIQUES ZANDONA FREITAS

VALTER MOURA DO CARMO

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Diretora Executiva - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini - UNIVEM/FMU - São Paulo

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Representante Discente: Prof. Dra. Sinara Lacerda Andrade - UNIMAR/FEPODI - São Paulo

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - ESDHC - Minas Gerais

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM - Rio de Janeiro

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - Ceará

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Daniela Marques De Moraes - UNB - Distrito Federal

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM - São Paulo

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie - São Paulo

Comunicação:

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - Paraíba

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro - UNOESC - Santa Catarina

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Prof. Dr. José Barroso Filho - ENAJUM

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - São Paulo

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - Paraná

Eventos:

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - Minas Gerais

Profa. Dra. Cinthia Obladen de Almendra Freitas - PUC - Paraná

Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS - Mato Grosso do Sul

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UMICAP - Pernambuco

D597

Direito ambiental, sustentabilidade, biodireito e direitos dos animais [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Francielle Benini Agne Tybusch; Sérgio Henriques Zandona Freitas; Valter Moura do Carmo – Florianópolis: CONPEDI, 2021.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-451-8

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Constitucionalismo, desenvolvimento, sustentabilidade e smart cities.

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais – Anais de pôsteres. 2. Direito ambiental 3. sustentabilidade. IV Encontro Virtual do CONPEDI (1: 2021 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



IV ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITO AMBIENTAL, SUSTENTABILIDADE, BIODIREITO E DIREITOS DOS ANIMAIS I

Apresentação

É com muita satisfação que apresentamos o Grupo de Trabalho (GT) de Pôster denominado “DIREITO AMBIENTAL, SUSTENTABILIDADE, BIODIREITO E DIREITOS DOS ANIMAIS E DIREITO AGRÁRIO E AGROAMBIENTAL” do IV Encontro Virtual do CONPEDI (IVEVC), com a temática “Constitucionalismo, Desenvolvimento, Sustentabilidade e Smart Cities”, promovido pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), Sociedade Científica do Direito no Brasil, e apoio institucional de importantes centros de ensino dos Estados Unidos (Widener University Delaware Law School), Espanha (Universidad de Alicante) e Itália (Universidade degli Studi di Perugia), em conexão com a Escola de Ciências Jurídicas e Sociais e o Programa de Pós-graduação em Ciências Jurídicas da UNIVALI/SC, assim como do Mestrado Profissional em Direito da UFSC, em evento realizado entre os dias 09 e 13 de novembro de 2021, de forma telepresencial, com a utilização da Plataforma ConferênciaWeb RNP, tendo em vista o momento mundial de pandemia e isolamento social imposto pelo COVID19.

Trata-se de publicação que reúne pôsteres de temáticas diversas atinentes ao Direito material Ambiental e o Biodireito, com as implicações da pandemia e do COVID19, apresentados e discutidos pelos autores, orientadores e coordenadores no âmbito do Grupo de Trabalho (GT). Compõe-se de textos doutrinários, advindos de projetos de pesquisa e estudos distintos de vários programas de pós-graduação e graduação, que colocam em evidência para debate da comunidade científica assuntos jurídicos relevantes.

Assim, a coletânea reúne uma gama de trabalhos que apontam questões jurídicas relevantes na sociedade contemporânea, todos com olhos e vinculados ao Estado Democrático de Direito.

O primeiro pôster teve como título a “A LACUNA LEGISLATIVA QUANTO AOS EMBRIÕES CRIOPRESERVADOS EXCEDENTÁRIOS ANTE À DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE CONJUGAL”, do autor Mário Eduardo Castelo Branco Xavier Neto.

O segundo pôster “A SINDEMIA VERSUS O DIREITO DE EXCLUSIVIDADE DA EXPLORAÇÃO DE PATENTES FARMACÊUTICAS: A NECESSIDADE DE UMA RECONFIGURAÇÃO VOLTADA AO CUMPRIMENTO DO OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL N. 03 DA ONU” da lavra do autor Leonardo

Vargas, sob a orientação da Professora Aleteia Hummes Thaines.

“O DIREITO À PROTEÇÃO DO PANTANAL E O CONTROLE DAS QUEIMADAS”, terceiro da coletânea, é o trabalho dos autores Laura Ramalho Brodbeck e Rodrigo de Pinho Maia Filho.

O quarto texto, com o verbete “O FUNDO SOBERANO COMO GARANTIDOR DA EQUIDADE INTERGERACIONAL PARA MUNICÍPIOS MINERADORES”, de autoria de Guilherme Costa Soares, com a orientação da Professora Ana Elizabeth Neirão Reymão.

O quinto texto, da lavra das autoras Lorena Mayana Ferreira da Silva e Rhayssa Teles Fontana, é intitulado “O REGIME ANTIECOLOGISTA DE BOLSONARO: UM PREFÁCIO DO ECOCÍDIO APOCALÍPTICO VIVIDO NO BRASIL”.

No sexto pôster intitulado “UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DA ADI 3.510 A PARTIR DO PARADIGMA ONTOPSICOLÓGICO”, de autoria de Valentina Neis Caraffa e Ana Paula Bolzan Monteiro, e orientação do Professor Mateus Renard Machado.

O sétimo, da autora Maíra Monteiro dos Santos, e orientação do Professor Fabiano Pires Castagna, aprovado com o verbete “BREVE ANÁLISE DA CORRELAÇÃO ENTRE OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E A ESTRUTURA DE MERCADO DO MODELO DE AGRONEGÓCIO ATUANTE NO BRASIL”.

O oitavo e último pôster do CONPEDI tem autoria com Lorena Cristina Moreira e Soraia Nunes Mesquita, e título “O DIREITO CONSTITUCIONAL À IGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES E A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DE GOIÁS: DO PATRIARCADO À AGROECOLOGIA”.

Em linhas gerais, os textos reunidos traduzem discursos interdisciplinares maduros e profícuos. Percebe-se uma preocupação salutar dos autores em combinar o exame dos principais contornos teóricos dos institutos, aliando a visão atual de efetividade na busca por direitos e garantias fundamentais na esfera da sustentabilidade. A publicação apresentada ao público possibilita acurada reflexão sobre tópicos avançados e desafiadores do Direito Ambiental, Sustentabilidade, Biodireito e Direitos dos Animais e Direito Agrário e Agroambiental, todos na contemporaneidade vivenciada no país. Os textos são ainda enriquecidos com investigações legais e doutrinárias da experiência jurídica estrangeira a possibilitar um intercâmbio essencial à busca de soluções para as imperfeições do sistema brasileiro e internacional.

Sem dúvida, esta publicação fornece instrumentos para que pesquisadores e aplicadores do Direito compreendam as múltiplas dimensões que o mundo contemporâneo assume na busca da conjugação da promoção dos interesses individuais e coletivos para a consolidação de uma sociedade dinâmica, multifacetada e de consenso.

Na oportunidade, os Organizadores prestam sua homenagem e agradecimento a todos que contribuíram para esta louvável iniciativa do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI) e, em especial, a todos os autores que participaram da presente coletânea de publicação, com destaque pelo comprometimento e seriedade demonstrados nas pesquisas realizadas e na elaboração dos textos de excelência.

Convida-se a uma leitura prazerosa dos pôsteres apresentados de forma dinâmica e comprometida com a formação de pensamento crítico, a possibilitar a construção de um Direito voltado à concretização de preceitos insculpidos no Estado Democrático Constitucional de Direito.

15 de novembro de 2021.

Professora Dra. Francielle Benini Agne Tybusch

Professora do Curso de Direito da Universidade Franciscana – UFN

fra_agne@hotmail.com

Professor Dr. Sérgio Henriques Zandona Freitas

Coordenador e Docente Permanente do PPGD e do PPGMCult da Universidade FUMEC e do Instituto Mineiro de Direito Processual (IMDP)

sergiohzf@fumec.br

Professor Dr. Valter Moura do Carmo

Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos da Universidade Federal do Tocantins/Esmat

vmcarmo86@gmail.com

UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DA ADI 3.510 A PARTIR DO PARADIGMA ONTOPSICOLÓGICO

Mateus Renard Machado¹
Valentina Neis Caraffa
Ana Paula Bolzan Monteiro

Resumo

O presente resumo propõe a introduzir a discussão acerca de dois votos presentes na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3.510, proferidos pela Ministra Ellen Gracie e pelo Ministro Menezes Direito. Alavancando um olhar a partir da ciência ontopsicológica, a qual pode ser introduzida como a ciência que se coloca a evidenciar um princípio elementar que faz critério de realidade operante para a lógica humana. Esses votos trouxeram indagações acerca da Bioética e do Biodireito, abordando as teorias natalista, da personalidade condicional e concepcionista. Pela divergência entre si é que tais votos foram escolhidos como objeto de análise. Partiu-se, portanto, dessa divergência, para lançarmos indagações sobre o modo de abordagem do direito brasileiro para questões como o início da vida, células totipotenciais, uso de embriões crioconservados, discutidas na ADI 3.510 e as contribuições oferecidas pela Ontopsicologia. Assim expondo os argumentos jurídicos da ADI, cabe o questionamento que embasa o desenvolvimento do presente trabalho: qual a dimensão ôntica do potencial de vida dessa célula? Para vir a ser é preciso potência, para ser é preciso ato. Enquanto a potência é uma mera expectativa de vir a ser, o ato é o potencial já em ação, baseando-se em critérios Aristotélicos (LIMA, 2005, p. 87). Dessa forma, as células totipotenciais são uma potência de se tornarem uma vida, e não um ato. Portanto, a manutenção da vida, a qual comparada ao seu desenvolvimento, é relativa ao aqui e agora da existência. Portanto, por meio do método dialético, através de pesquisas bibliográficas e em periódicos on-line, traz-se a ciência ontopsicológica como referencial teórico de apoio para contribuição na discussão dos votos divergentes escolhidos, auxiliando no entendimento do caso paradigma: a discussão da ADI 3.510, sendo esta, a utilização de células tronco-embrionárias para pesquisas, e que estas não firam o direito à vida. Evidencia-se, por fim, que os votos amplamente contraditórios entre si dos ministros analisados, o que é plenamente saudável numa ordem democrática, porém, quando essas contradições desencadeiam uma sucessão de discussões acerca de conceitos que deveriam estar já amplamente definidos na ordem jurídica, é evidenciado a perda constante de uma similaridade entre o cientista social e a sua identidade. Portanto, o humano é ato a partir do momento que vive e age em conformidade com o ser, estando apto a fazer uma ciência capaz de apresentar resultados exatos e promover uma transformação social em conformidade com a lógica de natureza. A partir disso, com a bioética e o biodireito aliado à uma ciência humanista, é possível desenvolver pesquisas com células-tronco embrionárias de forma a humanizar o aqui e agora da vida, tornando o ato vivo e a potencialidade uma expectativa de vida.

~~**Palavras-chave:** Ação Direta de Inconstitucionalidade, Lei de Biossegurança, Células-tronco-embrionárias, Ato e Potência, Ontopsicologia~~
¹ Orientador(a) do trabalho/resumo científico

Referências

AMARAL, Francisco. O poder das ciências biomédicas: os direitos humanos como limite. A moralidade dos atos científicos. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde/Fiocruz - Fundação Oswaldo Cruz, 1999.

ANDRADE, Marcus Vinicius Rodrigues; DA SILVA, Jamine Louza; GONÇALVES, Hortência de Abreu. A personalidade jurídica do nascituro: principais teorias e suas implicações concretas. Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT-SERGIPE, v. 4, n. 2, 2017. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/3374>. Acesso em: 22 set. 2020.

BRASIL. [Lei 10.406] Código Civil Brasileiro de 2002. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 23 set. 2020.

BRASIL. [Lei 11.105]. Lei de Biossegurança. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111105.htm. Acesso em: 23 set. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucional 3.510. Embriões Crioconservados e a pesquisa com células troncos embrionárias. Constitucionalidade. Requerente: Procurador-Geral da República. Requerido: Presidente da República. Relator: Min. Carlos Ayres Britto, 29 de março de 2008. Lex: jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, Brasília, Ementário nº 2403-1. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/geral/verPdfPaginado.asp?id=611723&tipo=AC&descricao=Inteiro%20Teor%20ADI%20/%203510>. Acesso em: 23 set. 2020.

CHINELATO, Silmara Juny. Bioética e direitos de personalidade do nascituro. Scientia Iuris, v. 7, 2004. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/iuris/article/view/11105>. Acesso em: 30 ago. 2020.

CLOTET, Joaquim. Por que bioética? Revista bioética, v. 1, n. 1, 2009. Disponível em: https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/474/291. Acesso em: 25 set. 2020.

DE MATTOS, Karina Denari Gomes. Os direitos do nascituro no ordenamento jurídico brasileiro. ETIC- Encontro de Iniciação Científica - ISSN 21-76-8498, v. 3, n. 3, 2007. Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/1371/1317>. Acesso em: 14 set. 2020.

FABRIZ, Daury César. Bioética e direitos fundamentais. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003.

FERNANDES, Thyco Brahe. A reprodução assistida em face da bioética e do biodireito: aspectos do direito de família e do direito das sucessões. Florianópolis: Diploma Legal, 2000.

LIMA, Alexandre. Ato e potência: um estudo sobre a relação entre ser e movimento no livro o da Metafísica de Aristóteles. Dissertação de Mestrado (Pós-graduação em Filosofia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/101723/223770.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 24 set. 2020.

MAIOLI, Adriana Blau. Aspectos jurídicos das pesquisas com células-tronco embrionárias e a decisão do Supremo Tribunal Federal (ADI 3510), 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2014. Disponível em: <https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/522/1/2009AdrianaBlauMaioli.pdf>. Acesso em: 22 de set. 2020.

MACHADO, Mateus Renard. Os estereótipos como barreira no processo de ensino-aprendizagem de conceitos de filosofia moral no nível superior, 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ontopsicologia) – Antonio Meneghetti Faculdade, Restinga Sêca, 2019.

MENEGHETTI, Antonio. Conhecimento ontológico e consciência. Recanto Maestro: Ontopsicológica Editora Universitária, 2011.

MENEGHETTI, Antonio. Dicionário de Ontopsicologia. 2. ed. Recanto Maestro: Ontopsicológica Editora Universitária, 2012.

MENEGHETTI, Antonio. Manual de Ontopsicologia. 4. ed. Recanto Maestro: Ontopsicológica Editora Universitária, 2010.

MENEGHETTI, Antonio. O Em Si do Homem. 5. ed. Recanto Maestro: Ontopsicológica Editora Universitária, 2015.

MENEGHETTI, Antonio. Sistema e Personalidade. 3. ed. Recanto Maestro: Ontopsicológica Editora Universitária, 2019.

PRIBERAM. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa online. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/feto>. Acesso em 22 set. 2020.

STRECK, Lenio Luiz. 30 anos da CF em 30 julgamentos: uma radiografia do STF. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

TARTUCE, Flávio. Manual de Direito Civil: volume único.8. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2018.